

Processo nº (e): 23.002/11

Interessado: Polícia Militar do DF - PMDF

Assunto: Representação

Ementa: Representação. Requerimento de servidores da PMDF. Possíveis irregularidades cometidas pela Administração da Polícia Militar do DF quanto ao processamento de atos de requisição dos interessados para prestarem serviço à CLDF.

Decisão nº 6.157/11: considerou procedente a representação, ilegal a passagem dos interessados para a reserva remunerada, bem como regular a dispensa de ressarcimento de vantagens indevidamente percebidas em decorrência da irregularidade na cessão dos interessados para exercício junto à CLDF, o que deverá ser observado nas TCE's instauradas na Decisão nº 3.066/01.

Pedido de Reexame do Ministério Público da Decisão nº 6.157/11 por ausência do parecer ministerial sobre matéria cuja natureza é de audiência obrigatória.

Decisão nº 6.959/11: tomou conhecimento do recurso e conferiu efeito suspensivo à decisão.

Relator do recurso na análise de mérito, Conselheiro Manoel de Andrade, manifestou-se pela improcedência do pedido de reexame.

Decisão nº 3.642/12: pedido de vista do Conselheiro Inácio Magalhães que, no mérito, acompanhou o relator, porém, levanta preliminares quanto à ausência de parecer do MP na Decisão nº 6.157/11 e à prescrição do direito vindicado pelos representantes.

Relator mantém o voto apresentado anteriormente, discordando das questões preliminares levantadas pelo revisor.

Decisão nº 3.843/12: admitida a preliminar suscitada, encaminhamento dos autos ao MP para suprir manifestação obrigatória.

Ministério Público opina por que se delibere, preliminarmente, sobre a prejudicial ao exame de mérito na prescrição do direito reclamado. Caso não reconhecido, pugna pela improcedência da representação e indeferimento do pedido nela deduzido, porquanto inexistente o vício alegado

pelos autores.

Voto no mesmo sentido do que conduziu a Decisão nº 6.157/11.

Pedido de vista do Conselheiro Inácio Magalhães Filho, que acompanha o *parquet*.

**Reapresentação do Voto,
ratificando o anterior.**

VOTO

Os autos retornam ao meu relato, após pedido de vista do nobre Conselheiro Inácio Magalhães, nestes autos que analisam Representação ofertada por cinco servidores da Polícia Militar do Distrito Federal, com a alegação de que suas transferências para a reserva remunerada, ocorrida em 24.02.97, estão eivadas de vício, vez que estiveram requisitados para prestarem serviços na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e não agregados de 1995 a 1997.

Os representantes alegam que o caso deles “[...] *não diz respeito a afastamento por ter sido agregado em virtude de ter passado a exercer cargo ou emprego público civil temporário, conforme preconizado no artigo 92, inciso IX da Lei nº 10.486/2002*”, mas sim “[...] *requisitados, mediante atos administrativos devidamente publicados no Diário Oficial do DF, [...] RECEBENDO A REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, O QUE NÃO ACONTECE NA HIPÓTESE DE AGREGAÇÃO, conforme faz provas as respectivas cópias dos atos anexas*”.

Desse modo, os representantes pedem a esta Corte que considerem a anulação dos referidos atos administrativos, vez “[...] *que não houve ato de agregação, mas sim de requisições de servidores militares, com ônus para órgão público requisitado (PMDF), o que não se afeiçoa com a hipótese de agregação*”¹, o que poderá ensejar o retorno deles para a Corporação.

Em retrospecto, nos termos da Decisão nº 4.488/11 (fl. 38), a representação dos militares foi conhecida, sendo, ainda, determinado à PMDF que se manifestasse acerca dos fatos ali registrados, o que ocorreu, conforme Ofício nº 846-DPMT, do Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito

¹ Fl. 5, in fine.

Federal, fls. 41 a 47.

Ao examinar o mérito da representação, a então 1ª ICE (Informação nº 169/11, fls. 49/63) sugeriu ao Tribunal considerá-la improcedente, autorizar a inclusão da fiscalização do aqui relatado em futuro roteiro de auditoria, bem como determinar o arquivamento dos autos.

Após se exarar a Decisão nº 3.843/12, fl. 239, em que esta Corte, por maioria, admitindo a preliminar arguida de *error in procedendo*, ante a ausência do parecer ministerial sobre matéria cuja natureza revelava-se de audiência obrigatória, houve por bem encaminhar os autos ao Ministério Público.

Na sequência, o douto *parquet*, por meio do Parecer nº 1.137/12-MF, tendo em conta que os atos administrativos foram praticados há mais de 14 anos, opina no sentido de que o Tribunal delibere, em sede preliminar, sobre a prejudicial consubstanciada na consumação da prescrição que alcança o próprio fundo de direito reclamado.

Acaso ultrapassada a preliminar, opina, no mérito, pela improcedência da representação e indeferimento do pedido nela deduzido, porquanto inexistente o vício alegado pelos autores.

Na Sessão Ordinária nº 4.535, proferi o relatório/voto de fls. 261/275, na essência, com o seguinte teor:

Retornando os autos à minha relatoria, não vislumbro elementos e argumentos, capazes de alterar o entendimento que manifestei na assentada de 29.11.11, que originou a Decisão nº 6.157/11, cujo voto apresentou-se nos seguintes termos:

Os militares da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF José Wanderley Carvalho Bezerra, Carlos Raul Pinto Gonzales, Czingo de Negreiros Almeida, Francisco Normando Feitosa de Melo e Erivaldo das Dores Mesquita investem, por meio de representação, contra atos administrativos da corporação que os transferiram para a reserva remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e nas mesmas graduações que se encontravam.

Os referidos servidores haviam sido requisitados para exercício junto à CLDF em 16.01.95. Em 24.02.97, após o prazo considerado limite, de 02 anos de afastamento, foram eles deslocados para a inatividade.

Asseveram, porém, que não deveriam ter sido transferidos para a reserva, pois estavam requisitados e não agregados, não lhes sendo, em seu entender, aplicável o art. 77, § 1º, inciso III, alíneas "a", "l" e "m" da Lei nº

7.289/84², então vigente.

A instrução pensa diferente, arguindo que:

[...] a irregularidade do ato de cessão se funda no fato de a PMDF não ter seguido o trâmite formal do ato de agregação de policiais militares, apesar da constatação de que eles passaram à disposição de outro órgão do Distrito Federal, da União, dos Estados ou Territórios para exercer função de natureza civil, [...]

[...] tal procedimento não descaracterizou a aceitação de função pública temporária, não eletiva, na CLDF pelos representantes por mais de 2 (anos). Essa circunstância determina de forma inarredável a transferência do militar para a inatividade [...]

in casu, se mostra relevante unicamente a situação fática, ou seja, descabe elucubrações sobre a nomenclatura a ser dada (agregação ou requisição). Para a lei basta a aceitação pelo ocupante da função pública nas condições que indica para que os efeitos nela registrados sejam aplicáveis.

No que se refere à cessão de servidores militares para a ocupação de cargos de natureza civil, entendo que a compreensão do caso se inicia com o exame do item II da Decisão nº 3.006/01, prolatada no Processo nº 3.542/98, quando se decidiu:

II - considerar irregulares as cessões de policiais-militares a órgãos públicos diversos, sem a observância do § 4º do art. 42 da Constituição Federal, c/c o art. 77, § 1º, III, alíneas "l", "m" e "n", da Lei nº 7.289/94 e alterações, ou seja, sem a devida agregação [...]

Nesse caso, a ilegalidade circunscreveu-se à ausência de pressuposto formal para a cessão, consistente na publicação do ato de agregação, que, segundo o art. 77, *caput*, do estatuto da PMDF, "*é a situação na qual o*

² Art 77 - A agregação é a situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

§ 1º - O policial-militar deve ser agregado quando:

[...]

III - for afastado, temporariamente, do serviço ativo por motivo de:

a) ter sido julgado incapaz, temporariamente, após um ano contínuo de tratamento de saúde própria;

[...]

l) ter passado à disposição de outro órgão do Distrito Federal, da União, dos Estados ou Territórios para exercer função de natureza civil;

m) ter sido nomeado para qualquer cargo Público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta; [...]

policial-militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.”.

Quando agregado, o militar deixa de perceber as gratificações de natureza militar e, ao mesmo tempo, não participa das promoções típicas da carreira.

Em razão disso, considerando-se a existência de indícios de prejuízos ao erário, o Tribunal, nos termos do item II, letra “c”, da Decisão nº 3.066/01, determinou à PMDF que instaurasse os competentes processos de tomada de contas especial.

Penso, assim, que o Tribunal, quando examinou a matéria no âmbito do Processo nº 3.542/98, apreciou tão somente a legalidade das cessões de servidores e, de certa forma, deixou ao largo a questão subjacente ao ato de agregação e suas consequências jurídicas.

Nesse ponto me permito tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, a administração pública não poderia ter deixado de dar fiel cumprimento ao § 4º do art. 42 da Constituição Federal:

§ 4º O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, **ficará agregado ao respectivo quadro** e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.
(grifei)

Nos termos da constituição, os interessados deveriam ter sido agregados ao quadro da PMDF, enquanto perdurasse a sua cessão para exercício de atividade civil, o que não ocorreu. Por sua natureza constitucional, tal providência é essencial para a regularidade do processo administrativo e não poderia ter sido relegada ao esquecimento.

Por outro lado, no que tange ao procedimento de agregação, este detém natureza de **ato administrativo formal**, que, segundo o art. 79 do estatuto dos militares, “[...] se faz por ato do Governador do Distrito Federal, para Oficiais e pelo Comandante-Geral, para Praças.”

Em outras palavras, a agregação é um ato da administração cuja prolação, conforme o caso, ficará a cargo do Sr. Governador ou do Comandante-Geral. Enquanto não publicado esse ato, não terá ele se concretizado.

Dito isso, somente posso concluir que, sem esse ato formal e não se iniciando a agregação propriamente dita, os efeitos restariam necessariamente protraídos no tempo. Tal situação, é certo, permanece eivada de ilegalidade, descumprindo o que determina a Constituição Federal e incorrendo em grave desvio de função, pois os militares seguiram percebendo vantagens inerentes ao seu ofício correspondente à segurança pública, sem o efetivo

exercício da atividade militar.

De qualquer forma, sem o pressuposto: a agregação, que a Constituição exige, não há como suceder a transferência para a reserva remunerada e que, assim entendendo, ocorreu de forma ilegal.

Ademais, considero tratar-se de falha exclusiva da administração, não havendo como imputar aos militares as consequências da percepção indevida de vantagens, até mesmo porque não há indícios de que incorreram em má fé.

O recente pronunciamento do Sr. Ministro Gilmar Mendes, nos autos do MS nº 24.781/DF, confirma esse entendimento:

Não consta nos autos qualquer informação concernente à prática, por parte do impetrante, de condutas qualificadoras do comportamento de má-fé. E, passados mais de 11 anos do ato de concessão da aposentadoria (17.7.1992) e mais de 5 anos da chegada do processo administrativo ao TCU (25.6.1997), não pode a Corte de Contas, ao julgar o processo administrativo de legalidade da aposentadoria do impetrante em 21.10.2003, considerar que ele tinha pleno conhecimento da precariedade dos atos praticados pelo órgão público.

Comprovada a boa-fé do impetrante, parece óbvio, pelos mesmos motivos, que os valores por ele recebidos durante todos esses anos não devem ser devolvidos.

Acredito, assim, não haver razão para a cobrança de valores correspondentes às gratificações militares percebidas indevidamente, o que seria, de todo, inaceitável após cerca de 14 anos da passagem para a reserva.

Desse modo, entendo que este Tribunal deva, desde já, isentar os militares do ressarcimento de vantagens indevidas que tenha percebido naquele período, o que, por uniformidade, deve repercutir nas tomadas de contas especiais instauradas pela PMDF.

Por todo o exposto, reapresento o meu VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I - julgue procedente a representação e, tendo em vista a inobservância do § 4º do art. 42 da Constituição Federal, que exige a agregação como pressuposto do afastamento para exercício de atividade de natureza civil, considere ilegal a passagem dos interessados para a reserva remunerada;

II - considere regular a dispensa de ressarcimento de vantagens indevidamente percebidas em decorrência da irregularidade na cessão dos interessados para exercício junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, o que deverá ser observado nas tomadas de contas especiais instauradas em decorrência do item II, letra "c", da Decisão nº 3.066/01;

III - autorize:

a) o encaminhamento de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Polícia Militar do Distrito Federal e aos autores da representação, para ciência;

b) o retorno dos autos à Unidade Técnica para as providências de sua alçada.

Naquela ocasião, o ilustre Conselheiro Inácio Magalhães Filho pediu vista deste processo e, em seu Voto de fls. 277/283, teceu as seguintes considerações:

Antes de adentrar o mérito da presente Representação, analiso a preliminar requerida pelo órgão ministerial, quanto à ocorrência de prescrição do direito vindicado pelos signatários da peça de fls. 01/06, porquanto tal pedido não foi abordado no voto de sua excelência.

Embora a alegação de prescrição diga respeito ao mérito recursal, entendo que essa questão deva ser analisada em sede de preliminar. Isso porque o instituto da prescrição decorre de imposição legal, sobre cuja existência não se pode passar ao largo. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

*“Civil. Estelionato Previdenciário. Recebimento indevido de pensão militar. Autoria e materialidade comprovadas nos autos. Crime permanente. Preliminar de prescrição: considerando a data da última conduta delituosa e o recebimento da denúncia, **é imperioso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva em sua forma retroativa**. Fato anterior à publicação da Lei nº 12.234/2010, portanto, não são aplicáveis suas disposições. Preliminar de prescrição acolhida. Decisão unânime. (grifou-se).*

(STM - Processo: AP 1129520097010401 RJ 0000112-95.2009.7.01.0401. Relator: José Coêlho Ferreira. Julgamento: 05/04/2011).

PROCESSUAL CIVIL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. OFENSA.

1. Hipótese em que o juiz de origem extinguiu a Ação de Indenização por Desapropriação Indireta por falta de interesse de agir.

2. O Tribunal de origem reformou a decisão e determinou o retorno dos autos para que o magistrado analise o mérito da demanda.

3. O Estado apontou, nos aclaratórios opostos no TJ, que há outras preliminares que não foram, em nenhum momento, analisadas (ilegitimidade passiva, prescrição etc.), já que o juiz de primeira instância extinguiu a demanda por fundamento suficiente (falta de interesse de agir). Caso mantido o acórdão recorrido, o juiz de primeira instância ver-se-á impelido a julgar a questão de fundo, sem apreciação das demais preliminares.

4. Os autos devem retornar para que o Tribunal de Justiça manifeste-se expressamente a respeito da alegada supressão de instância ou, simplesmente, retifique o dispositivo do acórdão para que o juiz de origem prossiga no julgamento das demais preliminares (ilegitimidade passiva, prescrição etc.) e, somente se ultrapassadas, adentre o mérito da demanda.

5. *Recurso Especial provido. (grifou-se).*

(STJ - Processo: REsp 698900 SP 2004/0153389-4. Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN. Julgamento: 01/09/2009)."

Isso posto, a ocorrência de prescrição no pleito dos militares parece-me estreme de dúvidas, haja vista o lapso decorrido entre a transferência para a reserva remunerada (1997) e a Representação oferecida a essa Corte de Contas (2011).

A ocorrência de prescrição no presente caso, inclusive, já foi admitida pelo Poder Judiciário, conforme demonstram os documentos referentes à ação judicial impetrada por um dos ora representantes, o Sr. Czino de Negreiros Almeida (fls. 170/209). Ainda que o interessado alegue que as situações são diferentes, a realidade é que o fundo de direito é o mesmo, pois contempla exatamente a passagem dos militares para a reserva remunerada.

Assim, acompanho o Ministério Público, no sentido de que o Plenário reconheça a ocorrência de questão prejudicial à análise de mérito, tendo em vista a consumação de prescrição do direito reclamado pelos representantes.

Contudo, caso o egrégio Plenário decida pelo não acolhimento de preliminar suscitada pelo *Parquet*, convém examinar o mérito.

Em outra oportunidade, defendi a procedência da Representação, amparado no fato de inexistir ato formal de agregação dos militares. Ocorre que o militar está adstrito a um conceito de hierarquia e de disciplina, pilares fundamentais na prática administrativa castrense, que não se coaduna com a ausência de formalidade. Exemplo desta diferenciação com o sistema administrativo civil é registrado por Alexandre Henriques da Costa³:

"em consonância ao exposto, constata-se que na Administração Pública Militar o sistema hierárquico é garantido em muito maior grau do que na Administração Pública em geral, pois naquela não se determina ao não cumprimento de uma ordem superior apenas uma sanção disciplinar delimitada pela Lei do Funcionalismo Público comum, mas a possibilidade de restringir ao militar do Estado sua liberdade, isto tanto pelo Código Penal Militar quanto pelo próprio Regulamento Disciplinar da Polícia Militar."

Nesse mesmo sentido, convém trazer excertos de artigo de Maurício Vieira⁴:

"vale reiterar que a hierarquia e disciplina são institutos presentes na administração de todas as organizações,

³ "A Obediência Hierárquica no Sistema Penal Militar". Texto disponível em << <http://www.jusmilitaris.com.br/uploads/docs/obediencia.pdf>>>. Acesso em 26/07/2012.

⁴ Artigo científico: "Especificidades Constitucionais dos Militares". Texto disponível em <www.jusmilitaris.com.br>. Acesso em 27/07/2012.

todavia, a constituição federal só se refere a esses princípios quando versa sobre as Forças Armadas e Auxiliares, em seus arts. 42 e 142. Isso porque a hierarquia e disciplina não são apenas simples componentes destas forças, mas a base organizacional delas, donde se compreende que carecem de total defesa e prioridade. Ao sopesar os princípios da hierarquia e disciplina com os demais princípios constitucionais, cumpre não olvidar que aqueles constituem o sustentáculo das forças militares, e estas por sua vez são as responsáveis pela soberania (primeiro fundamento constitucional) do país. Essa reflexão é de fundamental importância para a compreensão do significado da hierarquia e disciplina para os corpos militares, bem como para a proteção da pátria e vitalidade do Estado. Cumpre ressaltar, que boa parte dos dispositivos constitucionais, que refletem o tratamento especial disposto aos militares, são originados da imprescindibilidade dos princípios da hierarquia e disciplina. Dessa forma, a previsão constitucional desses princípios constitucionais como formadores da base organizacional das instituições militares denota mais uma peculiaridade expressa.”

Em virtude da primazia dos princípios da hierarquia e da disciplina, portanto, é que enxerguei como irregular considerar-se agregado o militar, sem que tenha havido ato formal para tanto.

Todavia, a situação agora é diametralmente oposta, pois o próprio Ministério Público fez acostar aos autos o documento intangível, inexorável da confirmação de que houve, sim, o ato formal de agregação dos militares. Mais claro que o documento de fl. 250, nesse sentido, impossível. Assim, entendo que o pilar de sustentação do voto da relatora (ausência de ato formal de agregação) não mais se sustenta. A propósito, concordo com o Ministério Público quando afirma que, embora o signatário José Wanderley Carvalho Bezerra não tenha sido contemplado no documento de fl. 250, a evidência conduz ao mesmo raciocínio desenvolvido para os demais, eis que a situação é a mesma, os fatos também.

Dessa forma, acompanho o *Parquet*, quando pugna pela improcedência da Representação em tela.

A par disso, deve-se recordar que, em princípio, os militares signatários atuaram de forma irregular, pois sonegaram informação crucial para o deslinde da matéria, a qual, inclusive, levou este revisor a pugnar pela procedência da Representação, em momento anterior. Noutras palavras, repito, em princípio, representaram ao Tribunal apoiados em fato falso. Dessa forma, entendo de bom alvitre que a Corte comunique tais ocorrências à Polícia Militar do Distrito Federal.

Assim, ante todo o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - em sede de preliminar, reconheça a ocorrência de

prescrição do direito reclamado pelos representantes;

II - caso a preliminar acima seja negada, no mérito, considere improcedente a presente Representação;

III - dê ciência do documento de fl. 250, bem como da decisão a ser adotada à Polícia Militar do Distrito Federal, bem como aos signatários da Representação constantes desses autos;

IV - comunique à Polícia Militar do Distrito Federal que, em princípio, os representantes requereram a atuação do Tribunal apoiados, à primeira vista, em fato falso, tendo em vista o teor do documento de fl. 250;

V- autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização e Controle, para os devidos fins.

Retornando os autos à minha relatoria, analiso a preliminar arguida pelo Revisor e pelo órgão ministerial, quanto à ocorrência da prescrição do direito reclamado pelos Representantes.

De acordo com o *parquet*, a prescrição estaria estabelecida no Decreto nº 20.910/32, art. 1º, *in verbis*:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Ressalto que a referida prescrição diz respeito a dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como a todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal.

Ou seja, reporta-se a pagamento de dívida, considerada líquida, conforme previsto no referido decreto, em parcelas atinentes a pensões, ao meio soldo, ao montepio civil e militar ou a quaisquer restituições ou diferenças a que o Estado ou Cidadão tiver direito e que, passado o prazo prescricional, deixará de poder exigir o seu cumprimento.

Assim, a prescrição estaria atrelada ao fato de não se poder reivindicar a revisão de ato que envolva o quantum monetário, e não em relação ao ato de passagem para a reserva remunerada desses policiais militares, como é o presente caso.

Ademais, creio que aqui se aplica o mesmo entendimento constante da Decisão nº 1.675/03, que considera inaplicável o art. 54 da Lei Federal nº 9.784/99, recepcionada pela Lei nº 2.834/01, quanto a obstar o exercício do controle externo a

cargo deste Corte⁵.

Ademais, pelo que consta da Representação e de acordo com informação do Corpo Técnico à fl. 18, ela teria sido interposta tendo em conta, ao que me parece, o conhecimento pelos Representantes de decisão deste Tribunal no âmbito de TCE, nos autos de nº 205/02, por meio da Decisão nº 2.585/09, quando o Tribunal decidiu, na essência, ordenar a audiência do então responsável eventual pela Diretoria de Pessoal para que apresentasse suas razões de justificativa por ter autorizado a permanência de dois dos atuais Representantes no exercício de funções comissionadas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal, extra-oficialmente, pois teriam sido revertidos, por atos formais, aos respectivos quadros da PMDF em janeiro de 1997.

Conforme já pontuei anteriormente, o ato de agregação, por deter a natureza de **ato administrativo formal**, que, segundo o art. 79 do estatuto dos militares, “[...] *se faz por ato do Governador do Distrito Federal, para Oficiais e pelo Comandante-Geral, para Praças.*”, enquanto não publicado, não terá ele se concretizado.

Além disso, não basta somente o ato em si, cuja existência os Representantes desconheciam, apesar de constar cópia à fl. 250, sem a data da devida publicação, mas também, para o seu aperfeiçoamento, que os efeitos desse ato se façam presentes, o que não ocorreu, pois os militares seguiram percebendo vantagens inerentes ao seu ofício correspondente à segurança pública, sem o efetivo exercício da atividade militar.

Ante o exposto, ultrapassada a preliminar, chamo a atenção para a manifestação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, constante às fls. 41 a 47, em atendimento à Decisão nº 4.488/11, fl. 38, de que *“a própria PMDF reconheceu no seio de sua unidade correcional que não havia agregação e se não havia a agregação os policiais estavam em situação de serviço normal até porque designados para tais funções pelo chefe do executivo local”*.

Asseverou, ainda, que os Requisitantes estavam exercendo atividades que foram consideradas posteriormente de

⁵ Sem prejuízo de se aplicar o que deflui da Decisão Normativa TCDF nº 03/11, no sentido de oportunizar, preliminarmente, ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa, desde que, no momento da apreciação, para fim de registro, da legalidade da concessão de aposentadoria, pensão e reforma, e respectiva revisão que altere o fundamento legal, verifique-se que o correspondente ato, físico ou eletrônico, tenha sido recebido pelo Tribunal há mais de cinco anos da data da constatação da irregularidade, cuja correção afete-lhe os interesses

natureza e interesse policial militar, conforme faz prova a redação dos Decretos nºs 4.531/02, 5.416/05, 5.896/06 e 6.745/09, que atualizaram o Decreto nº 88.777/83⁶, com o intuito de sanar lacuna legal então existente, o que ensejou a vontade administrativa de tentar corrigir os erros então existentes e, com isso, acabou por gerar *“uma série de erros administrativos e de práticas de atos administrativos nulos de pleno direito que vieram a atingir os requerentes”*.

Continua o Comandante-Geral da PMDF, esclarecendo que, na tentativa de corrigir esses erros, os ora Representantes foram passados para a situação de inatividade, com a publicação das agregações de forma retroativa, *“alguns deles muitos anos após ter cessado a situação de requisição à qual estavam submetidos. Situação que agravou o erro administrativo agora quebrando o princípio constitucional da isonomia, pois, se alguns foram para a inatividade de forma coercitiva, outros tantos que estavam enquadrados na mesma situação jurídica, permaneceram nas fileiras da corporação e deram curso à suas*

⁶ Art. 21. São considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar ou de bombeiro-militar, os militares dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios, da ativa, colocados à disposição do Governo Federal para exercerem cargo ou função nos seguintes órgãos: (Redação dada pelo Decreto nº 5.896, de 2006)

[...]

§ 1º São ainda considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou bombeiro-militar ou de interesse policial-militar ou bombeiro-militar, os policiais-militares e bombeiros-militares da ativa nomeados ou designados para: (Redação dada pelo Decreto nº 4.531, de 19.12.2002)

[...]

6) órgãos policiais de segurança parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 5.416, de 2005)

7) Administrador Regional e Secretário de Estado do Governo do Distrito Federal, ou equivalente, e cargos de Natureza Especial níveis DF-14 ou CNE-7 e superiores nas Secretarias e Administrações Regionais de interesse da segurança pública, definidos em ato do Governador do Distrito Federal; e (Incluído pelo Decreto nº 6.745, de 2009)

carreiras".

Cita nomes de policiais militares nessa situação e que permanecem na situação de atividade, não sendo, assim, agregados em função de natureza civil ou transferidos para a situação de inatividade.

Abordo, ademais, outro trecho relatado pelo Comandante-Geral, de que, além de os atos de agregação terem sido publicados posteriormente e com data retroativa, desvirtuando o próprio instituto, o fato de que os ora Representantes, quando à disposição do órgão legislativo local, ocupavam as suas vagas e concorriam a promoções normalmente, em desacordo com o que prevê quando estão agregados.

Transcrevo, por último, mais alguns trechos, referentes ao posicionamento do Comandante-Geral da PMDF, que reputo importantes para o deslinde da matéria, com o seguinte teor:

10- Por ato do Governador do Distrito Federal, à época, os policiais militares estavam sendo "Requisitados" para prestarem serviço junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal. E não foram imediatamente agregados permanecendo nos Quadros da PMDF prestando serviço na câmara legislativa, pois não havia o entendimento na instituição de que era caso para tal, portanto permaneceram ocupando seus locais nos respectivos Quadros. Sem se enquadrar no artigo 21 e nem no artigo 24 e sim no artigo 20⁷ do Decreto 88.777/83 (200). Posteriormente surgiu na corporação a dúvida se aquela situação de enquadrava como de natureza civil ou não. Mas a requisição se deu devido a situação de policiais militares que ostentam, foi realizada pelo chefe do poder executivo local para trabalharem em apoio à Câmara Legislativa do DF;

⁷ Art 20 - São considerados no exercício de função policial-militar os policiais-militares da ativa ocupantes dos seguintes cargos:

- 1) os especificados nos Quadros de Organização da Corporação a que pertencem;
- 2) os de instrutor ou aluno de estabelecimento de ensino das Forças Armadas ou de outra Corporação Policial-Militar, no país e no exterior; e
- 3) os de instrutor ou aluno da Escola Nacional de Informações e da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal.

Parágrafo único - São considerados também no exercício de função policial-militar os policiais-militares colocados à disposição de outra Corporação Policial-Militar.

11- O erro administrativo ao qual o servidor não deu causa e estava de boa-fé não pode ser a esse imputado, conforme vislumbrado em várias decisões judiciais. Ainda cabe ressaltar que em manifestações anteriores da PMDF acerca do caso em tela não foi considerada a situação das agregações terem sido publicadas com datas retroativas;

Por oportuno impende reconhecer a ilegalidade dos atos praticados anteriormente (agregação e transferência para a inatividade dos policiais militares em tela), mas não por dolo ou qualquer acinte dos administradores daquela época, os erros foram cometidos por falta de uma maneira melhor de lidar com uma lacuna que existia na legislação e foi suprida somente em 2005. A mesma lacuna fomentou os tratamentos desiguais de policiais que estavam na mesma situação jurídica;

Vale ressaltar ainda o interesse público, já que os requerentes foram transferidos para a condição de inatividade desejando permanecer na atividade policial militar. O que casa com o interesse público já que os policiais recebem do erário, na condição de inativos, e não prestam qualquer serviço em contrapartida ao que recebem. Enquanto que a sociedade clama por um maior número de policiais militares. Desconstituir os atos administrativos nulos (agregação e transferência para a inatividade dos policiais militares em tela) é forma de atender o interesse público e dar primazia aos princípios da legalidade e da igualdade.

Ante o exposto, a fim de prestigiar o Princípio da Isonomia e de dar um tratamento igualitário aos Representantes, vez que outros policiais que estiveram na mesma situação continuam nas fileiras da Corporação, bem como o fato de que o erro administrativo decorreu da própria Administração, não vislumbro elementos e argumentos capazes de alterar o entendimento que manifestei na assentada de 29.11.11, que originou a Decisão nº 6.157/11.

Nesse contexto, reapresento o meu VOTO, com pequeno acréscimo no item I, no sentido de que o egrégio Tribunal:

I - julgue procedente a representação e, tendo em vista a inobservância do § 4º do art. 42 da Constituição Federal, que exige a agregação como pressuposto do afastamento para exercício de atividade de natureza civil, bem como a inexistência dos efeitos desse ato, pois os militares seguiram percebendo vantagens inerentes ao seu ofício correspondente à segurança pública, considere ilegal a passagem dos interessados para a reserva remunerada;

II - considere regular a dispensa de

file:///tmp/2300211e.doc(4)

ressarcimento de vantagens indevidamente percebidas em decorrência da irregularidade na cessão dos interessados para exercício junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, o que deverá ser observado nas tomadas de contas especiais instauradas em decorrência do item II, letra “c”, da Decisão nº 3.066/01;

III - autorize:

- a) o encaminhamento de cópia deste Relatório/ Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Polícia Militar do Distrito Federal e aos autores da representação, para ciência;
- b) o retorno dos autos à Unidade Técnica para as providências de sua alçada.

Sala das Sessões, de outubro de 2012.

ANILCÉIA MACHADO

Conselheira-Relatora